



## EDITAL

### **Curso Técnico Superior Profissional em Multimédia e Recursos Educativos Digitais** **Ano Letivo de 2025/2026**

Nos termos do artigo 40º E do Decreto-Lei nº 74/2006, de 24 de março, alterado e republicado pelo Decreto-Lei nº 65/2018, de 16 de agosto, e das normas regulamentares dos cursos Superiores Profissionais, conducentes ao Diploma de Técnico Superior Profissional da Escola Superior de Educação João de Deus, determino e faço saber que:

1. Está aberta a fase de candidaturas ao **Curso Técnico Superior Profissional (CTeSP) em Multimédia e Recursos Educativos Digitais**, na Escola Superior de Educação João de Deus (ESEJD).
2. A formalização da candidatura deverá ser efetuada na Secretaria da ESEJD.
3. Datas de candidaturas, provas e matrículas:

Fases	Candidaturas	Prova escrita de Português ou Matemática <sup>1</sup>	Afixação dos resultados	Matrículas
1.ª Fase	03-06-2025 a 21-07-2025	24-07-2025	01-08-2025	01-08-2025 a 08-08-2025
2.ª Fase <sup>2</sup>	04-08-2025 a 15-09-2025	18-09-2025	24-09-2025	24-09-2025 a 30-09-2025

<sup>1</sup>Português ou Matemática (à escolha do/a candidato/a) — 10h00

<sup>2</sup>Aplicável apenas se o número total de vagas não for preenchido na 1ª fase.

4. Podem candidatar-se ao CTeSP em Multimédia e Recursos Educativos Digitais, ministrado pela ESEJD:
  - a. Os titulares de um curso de ensino secundário ou de habilitação legalmente equivalente;
  - b. Os que tenham sido aprovados nas provas especialmente adequadas, destinadas a avaliar a capacidade para a frequência do ensino superior dos maiores de 23 anos, realizadas, para o curso em causa, ao abrigo do disposto no Decreto-Lei nº 64/2006, de 21 de março, alterado pelos Decretos-Leis nºs 113/2014, de 16 de julho, e 63/2016, de 13 de setembro;
  - c. Podem igualmente candidatar-se ao acesso ao (CTeSP) os titulares de um diploma de especialização tecnológica, de um diploma de técnico superior profissional ou de um grau de ensino superior.
  - d. Os estudantes com curso secundário estrangeiro, provenientes de países de expressão portuguesa:
    - i. Deverão apresentar documento comprovativo de ensino secundário estrangeiro reconhecido, com a indicação da classificação final do curso;
    - ii. Os documentos estrangeiros têm de ser autenticados pelos Serviços Consulares ou Embaixadas de Portugal no país a que a habilitação diz respeito, ou pelos Serviços Consulares ou Embaixadas dos países estrangeiros em Portugal, ou com a Apostila de Haia para os países que aderiram à Convenção de Haia. Devem ser traduzidos para a língua portuguesa.

5. O número de vagas para este curso é de **24**.



6. A verificação das condições de ingresso é realizada através de prova documental (escrita):
  - a. A prova escrita tem uma estrutura que engloba a avaliação objetiva dos conhecimentos e aptidões correspondentes ao nível do ensino secundário, na área de **Português ou Matemática**, de acordo com a escolha do candidato;
  - b. Os candidatos que realizem a prova são considerados aptos para a seriação se atingirem 10 ou mais valores na classificação final da prova.
7. Os critérios de seleção e seriação englobam:
  - a. Média da habilitação académica de ingresso;
  - b. Experiência profissional no domínio do curso;
  - c. Em caso de empate na seriação de candidatos, dar-se-á preferência ao candidato mais velho.
8. O resultado final dos concursos exprime-se através de uma das seguintes situações:
  - a. Colocado;
  - b. Não colocado;
  - c. Excluído.
9. A candidatura é instruída com os seguintes documentos:
  - a. Boletim de candidatura;
  - b. Apresentação do documento de Identificação;
  - c. Certificado de habilitações;
  - a. Cópia do Curriculum Vitae detalhado.
10. O CTESP em Multimédia e Recursos Educativos Digitais foi acreditado e registado pela Direção Geral do Ensino Superior (R/Cr. 37/2017) e compreende 4 semestres (2 anos).
11. A candidatura implica o pagamento de acordo com o valor que consta na tabela de emolumentos da ESEJD. Este valor não é reembolsável.
12. A matrícula e a frequência do CTESP em Multimédia e Recursos Educativos Digitais, implicam o pagamento dos valores que constam na tabela de emolumentos.
13. Qualquer caso omissos será decidido pela Diretora da ESEJD, no estrito cumprimento da legislação em vigor.

Lisboa, 29 de abril de 2025

A Diretora da Escola Superior de Educação João de Deus

Filomena Maria Moreira da Silva